

JOÃO CALVINO E A ÉTICA CRISTÃ DO MATRIMÔNIO

1. INTRODUÇÃO

O objetivo desta monografia é descrever os elementos que compõem a visão do reformador João Calvino sobre um dos temas ligados à vida cristã que mais tem suscitado debate em nossos dias, a saber, a ética do matrimônio.

O método usado na preparação deste trabalho envolveu especialmente a exposição do pensamento do teólogo de Genebra a partir de seus escritos e das conclusões de historiadores modernos que se dedicaram à análise do mesmo assunto. Comparações entre o ensino de Calvino e o de teólogos do cenário mais recente também são apresentadas brevemente nesta monografia, com o propósito de colocar as idéias do reformador sob as lentes da exegese e do pensamento modernos. Pretende-se com isso destacar o que deve ser acolhido de modo mais pacífico naquilo que Calvino ensinou sobre o tema proposto, bem como realçar as áreas do seu pensamento passíveis de crítica séria e bem fundamentada.

É quase desnecessário afirmar quão relevante é o tema de que trata este trabalho para a igreja moderna. De fato, dentre todas as facções que se colocam sob a bandeira do cristianismo, nenhuma tem sido mais negligente na consideração da ética matrimonial do que a chamada evangélica. Parece que todas as conclusões apresentadas acerca desse assunto pelos pastores modernos são expressões mais da intuição pessoal e da análise da experiência comum do que da reflexão prolongada e do esforço exegético. Mostrar a seriedade com que servos de Deus do passado olhavam para a instituição do casamento, estimula o debate atual sobre esse assunto, traz à lembrança pressupostos e princípios importantes que caíram no esquecimento e resgata valores que, soterrados sob camadas de idéias que se acumularam ao longo dos séculos, são hoje considerados obsoletos senão absurdos.

A pesquisa foi realizada a partir de fontes secundárias e primárias. Sendo muito vasta a obra literária do reformador e sendo também ampla a bibliografia a seu respeito, o conteúdo deste trabalho é necessariamente bastante seletivo, concentrando-se em pontos que contribuem diretamente para o delineamento da ética matrimonial de Calvino em seus aspectos principais.

2. O CASAMENTO NA EXPERIÊNCIA DE CALVINO

Não se pode negar que a experiência de um homem exerce grande influência sobre o seu modo de pensar. No caso de Calvino e sua visão acerca de questões ligadas ao matrimônio, é sabido que, como exegeta zeloso que era, seus conceitos foram moldados principalmente a partir da análise das Escrituras. Porém, se é absurda a idéia de que a cosmovisão de alguém pode ser concebida sem qualquer influência do mundo em que vive, também não se pode aceitar que seus conceitos não sofram nenhuma interferência, ainda que secundária, da sua própria história vivida no lar que construiu.

Calvino se fixou em Genebra, em 1536, por insistência de Guilherme Farel que via a necessidade de ajuda na implantação da Reforma na cidade. De fato, Genebra havia recentemente decidido, por votação unânime, abolir os abusos papais e Farel via a necessidade de auxílio numa obra que estava apenas começando.

O trabalho pastoral de Calvino naquela cidade, porém, foi interrompido em abril de 1538 quando, juntamente com Farel, foi expulso em virtude de um conflito com o conselho acerca da disciplina na igreja. Calvino foi para Estrasburgo. Ali permaneceu até setembro de 1541 atuando como pastor entre refugiados franceses, dando aulas particulares e escrevendo. Foi em Estrasburgo que Calvino conheceu Idelette de Bure, uma das suas paroquianas, viúva de um anabatista francês. Farel realizou o casamento em 1540. Timothy George informa que, segundo Farel, a esposa de Calvino era íntegra, honesta e até bonita.¹

¹ GEORGE, Timothy. *Teologia dos reformadores*. São Paulo: Vida Nova, 1993. p. 183.

Calvino foi um homem feliz no relacionamento com Idelette. Isso não era decorrente das circunstâncias que os cercaram ao longo da vida a dois. De fato, como casal enfrentaram lado a lado inúmeras tristezas e momentos difíceis. Ambos tiveram apenas um filho a quem deram o nome de Jacques e que, tendo nascido prematuramente, morreu ainda bebê. O modo como o casal reagiu a essa perda pode ser visto numa carta que o reformador escreveu ao seu amigo Viret: “Certamente, na morte de nosso filho amado, o Senhor afligiu-nos com uma profunda e dolorosa ferida. Mas ele é nosso Pai: ele sabe o que é melhor para seus filhos”.²

A felicidade no casamento de João Calvino também não era decorrente do ambiente instalado em sua casa. Idelette tinha dois filhos nascidos de seu primeiro casamento. Parentes e amigos de Calvino, também com crianças pequenas, partilhavam da sua moradia, tornando-a extremamente tumultuada. Antoine, o irmão de Calvino, por exemplo, vivia ali com a esposa e mais oito filhos. Sabe-se que ele era recasado, tendo se divorciado de sua primeira esposa porque ela havia cometido adultério com um servo.

Conflitos sérios ocorriam e Calvino freqüentemente adoecia quando essas intrigas se agravavam. A verdade é que, se dependesse do ambiente doméstico, seu matrimônio teria tudo para naufragar. Contudo, a despeito dessas perturbações existentes sob seu teto, Calvino vivia bem com a esposa, por quem devotava cuidado e admiração especiais.

Pelo que se pode deduzir de algumas cartas do reformador, Idelette apresentou uma saúde frágil a partir de 1545, vindo a falecer em 29 de março de 1529. Ao seu lado no leito de morte, Calvino presenciou a intensa dor da esposa e teve com ela um último diálogo no qual prometeu cuidar dos filhos do seu primeiro casamento. Dias depois, ele escreveu aos seus amigos Viret e Farel nos seguintes termos:

É verdadeiramente minha essa fonte descomunal de pesar – fui destituído da melhor companheira de minha vida, de alguém que tinha sido de tal modo eleita para mim que, se isso tivesse sido ordenado, não apenas teria sido uma espontânea companhia na minha indigência, mas também na minha morte. Durante toda a minha vida ela foi uma auxiliadora fiel em meu ministério. Nunca tive por parte dela um mínimo estorvo. Ela nunca foi um problema para mim ao longo de toda a trajetória de sua doença.³

É notável que expressões de reconhecimento e afeto conjugal desse tipo possam ser verificadas num homem que viveu no século XVI, época em que, segundo P. Hume Brown, mesmo os homens de caráter mais nobre parecem ter tido relacionamentos marcados por chocantes brutalidades com suas esposas.⁴

3. O CASAMENTO NO PENSAMENTO DE CALVINO

3.1 A DEFINIÇÃO DE CASAMENTO

É possível formular uma definição de casamento a partir de certos elementos presentes nos textos de Calvino sobre esse assunto. Sem dúvida, dessa definição deverá constar, em primeiro lugar, que o casamento é uma instituição divina. De fato, Calvino ensina que “o Senhor quando instituiu o matrimônio... também [o] santificou com sua bênção”.⁵

Quanto aos propósitos do casamento, pode-se vislumbrar a princípio especialmente dois: impedir que o ser humano viva uma vida solitária e remediar a concupiscência, conforme se depreende do seguinte trecho das *Institutas*:

Pois que o ser humano foi criado com esta lei: que não viva uma vida solitária, ao contrário, usufrua de um recurso a si adjudicado. Ao depois, pela maldição do pecado, mais adjungido foi a esta necessidade. Neste aspecto, quanto era de mister, socorrido nos há o Senhor quando instituiu o matrimônio... De onde fica evidente que diante dele

² Ibid.

³ Apud WALLACE, Ronald. *Calvino, Genebra e a Reforma*. São Paulo: Cultura Cristã, 2003. p. 235.

⁴ Ibid., p. 277, nota 116.

⁵ CALVINO, João. *As Institutas ou Tratado da Religião Cristã*. Vol. 2. Traduzido por Waldyr Carvalho Luz. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1985. p. 168.

não só é maldita toda e qualquer outra união fora do matrimônio, como também essa própria união conjugal foi ordenada como um remédio de necessidade para que não nos atiremos a desenfreada concupiscência.

Portanto, não sejamos complacentes para conosco, quando ouvimos que não pode um homem coabitar com uma mulher fora do matrimônio, sem a maldição de Deus.⁶

No tocante ao segundo propósito, ou seja, remediar a concupiscência, Calvino adverte que a mesma não deve incitar o casal à prática de torpezas. Ele admoesta os cônjuges crentes:

Contudo, se os cônjuges reconhecem que sua união é abençoada pelo Senhor, sejam por isso admoestados a que se não deve ela conspurcar por imoderada e dissoluta concupiscência... Pelo que, não pensem os cônjuges que tudo lhes é lícito; pelo contrário, tenha cada um sua esposa sobriamente e, por sua vez, a esposa o marido, assim agindo para que não admitam nada indigno da honorabilidade e da moderação do matrimônio.⁷

Uma ressalva também importante é que Calvino não entende que o matrimônio, por ser um remédio contra a imoralidade, deve ser visto como obrigatório para os cristãos. Na verdade, para ele o casamento é relativamente necessário. Se não pode ser proibido, como fazia a Igreja Romana em suas imposições ao clero, também não podia ser considerado um dever incondicional.

Assim, o celibato, para o reformador, era uma opção válida, dependendo das circunstâncias.⁸ Ele entende que muitas pessoas podem viver livres da lascívia sem terem que recorrer ao antídoto que Deus criou para refreá-la, ou seja o matrimônio. Nesses casos, a vida celibatária, adotada a partir da honesta avaliação das próprias fraquezas, é até boa, pois, segundo o ensino de Paulo aos coríntios, a vida de solteiro é mais vantajosa quando considerados os problemas, aborrecimentos e responsabilidades que envolvem os que são casados.

Calvino lembra, contudo, que tanto nosso Senhor como Paulo definiram o celibato como algo concedido a apenas algumas pessoas; um dom que Deus dá a uns poucos. Quem o recebe tem a vantagem de poder se dedicar às coisas do Senhor, devotando a ele seus pensamentos e trabalhos. A opção pela vida de solteiro, porém, deve ser cercada de critérios. Não haverá vantagem alguma no celibato vivido por quem tem a mente abrasada por desejos sexuais.

Um terceiro objetivo do casamento também é mencionado por Calvino de forma incidental em seu comentário a 1Coríntios 7.2. Ali ele cria um interlocutor imaginário que pergunta se a cura da incontinência é a única razão para se contrair matrimônio. A resposta é que a intenção do autor bíblico jamais foi ensinar isso, mas sim fazer com que os crentes considerem suas fraquezas quando avaliam se devem se casar ou não. Prossequindo, Calvino argumenta:

O que importa é o seguinte: o que está em jogo aqui não são as razões pelas quais o matrimônio foi instituído, e, sim, as pessoas para quem ele é indispensável. Porque, se atentarmos para o primeiro matrimônio, perceberemos que ele não podia ser um antídoto contra uma doença, a qual ainda não existia, senão que foi instituído para a procriação de filhos. É verdade que, depois da Queda, este outro propósito foi acrescido.⁹

A procriação é, portanto, o terceiro propósito do casamento na visão de Calvino, fornecendo mais um elemento para sua definição que poderia ser formulada nos seguintes termos: o casamento é uma instituição divina que legitima a união entre um homem e uma mulher, tendo como propósitos o companheirismo, a satisfação das necessidades sexuais e a geração de filhos.

Deve-se frisar que, quando negativamente considerado, o casamento não é enumerado por Calvino entre os sacramentos. A teologia dos sacramentos imposta pela Igreja Católica Romana incluía o matrimônio entre outras seis ordens que, segundo os papistas, deveriam ser definidas como

⁶ Ibid.

⁷ Ibid., p. 170.

⁸ Idem. *Comentário à Sagrada Escritura: Exposição de 1Coríntios*. São Paulo: Paracletos, 1996. p. 204ss. Veja-se também CALVINO, *As Institutas ou Tratado da Religião Cristã*. Vol. 2, p. 168.

⁹ Idem, *Comentário à Sagrada Escritura: Exposição de 1Coríntios*, p. 197. Meu grifo.

sacramentos. Calvino rejeita essa teologia, ensinando que no sacramento deve haver uma cerimônia exterior fixada pelo próprio Deus com o fim de confirmar uma promessa, não existindo isso no matrimônio.¹⁰

Ademais, o reformador realça que a noção de que o casamento é um sacramento foi construída sobre um erro de tradução. O texto latino, ao verter Efésios 5.28, usou a palavra “sacramento” para traduzir o termo “mistério”. Calvino destaca nas suas *Institutas* que foi com base nessa tradução que os romanistas construíram a noção equivocada do matrimônio como um ato sacramental.¹¹ Ele explica melhor o erro em seu comentário à Carta aos Efésios:

Quão impressionante é a acuidade dos papistas, os quais concluem dessa palavra *mistério* ((μυστήριον)) que o matrimônio é um dos sete sacramentos, como se pudessem transformar água em vinho. Enumeram sete sacramentos, enquanto Cristo não instituiu mais que dois; e, para provar que o matrimônio é um deles, exibem esta passagem [Ef 5.32]. Sobre que fundamento? Porque a Vulgata adotou a palavra *sacramento* (*sacramentum*), como uma tradução da palavra *mistério*, como se *mistério* não fosse a palavra usada por Paulo nesta mesma epístola, quando fala da vocação dos gentios... Se porventura se observasse o simples fato de que a palavra usada pelo apóstolo é *mistério*, nenhum equívoco jamais haveria ocorrido.¹²

Calvino ainda aponta a incoerência dos papistas nesse aspecto afirmando que se o casamento é um sacramento, não haveria sentido em privar os sacerdotes de sua participação.

3.2 A DISSOLUÇÃO DO VÍNCULO MATRIMONIAL

A visão de Calvino acerca do divórcio foi considerada liberal pelos homens de seu tempo. De fato, nos dias dos reformadores, a dissolução do casamento através do divórcio seria vista como uma opção inaceitável.

Um exemplo disso pode ser detectado no modo como Martinho Lutero, Melanchthon e Bucero agiram em face do famoso caso de Filipe de Hessen. Esse nobre amigo de Lutero tinha sérios problemas de incontinência sexual e alegava que sua esposa não o satisfazia adequadamente. Incomodado por sua consciência, não queria viver em adultério, pelo que só pôde vislumbrar diante de si duas opções: o divórcio seguido do recasamento com uma mulher que suprisse suas necessidades ou a bigamia, a criação do vínculo matrimonial com outra mulher, além da que já tinha. Diante dessas duas opções, Lutero aconselhou a bigamia¹³, mostrando que, para ele, o divórcio estava fora de cogitação.

Não seria correto afirmar que no caso de Filipe de Hessen, Calvino aconselharia o divórcio, posto que, para ele, o casamento é “um contrato indissolúvel”, pelo que os cônjuges “se acham atados simultaneamente por um laço indestrutível”.¹⁴ De fato, Calvino chama o matrimônio de “o mais sacro de todos os vínculos”, reconhecendo que a união de duas pessoas no nível de uma só carne não pode ser verdadeiro com respeito a nenhuma outra relação exceto o matrimônio.¹⁵

Certamente, portanto, ele descartaria as duas opções, admoestando Filipe no sentido de manter-se fiel à sua esposa sem também jamais contrair novas núpcias, pois, “uma vez que o homem tenha se comprometido a ser leal à sua esposa, ele não deve separar-se dela, e isso é claramente feito no caso de segunda união”.¹⁶

A visão geral de Calvino sobre esse assunto, pode ser vista em seu comentário a 1Coríntios 7.11:

Contudo, visto que os esposos amiúde se divorciavam de suas esposas, fosse devido a que suas atitudes não de ajustavam, ou porque sua aparência pessoal não lhes

¹⁰ Idem, *As Institutas*. Vol 4, p. 449.

¹¹ Ibid., p. 451.

¹² Idem, *Efésios*. São José dos Campos: Fiel, 2007. p. 141-142.

¹³ SCHAFF, Phillip. *History of the Christian Church: The German Reformation*. Vol. VII. Grand Rapids: Eerdmans, 1988. p. 481 e 581 (nota).

¹⁴ CALVINO, *Comentário à Sagrada Escritura: Exposição de 1Coríntios*, p. 210.

¹⁵ Idem, *Efésios*, p. 141.

¹⁶ Ibid., p. 198.

agradava, ou devido a qualquer outra forma de ofensa... Paulo nega que o matrimônio seja rompido pelo divórcio por diferenças desse gênero. Porque ele é um pacto sacralizado no nome de Deus, o qual não fica de pé ou cai segundo o talante humano, de modo a ser invalidado para o nosso agrado... Mas os que foram unidos em matrimônio, e agora se arrependem do que fizeram, então não são mais livres para “quebrarem o compromisso” (segundo o adágio) e percorrerem seus próprios caminhos em busca de um novo acordo com alguém.¹⁷

A indissolubilidade do casamento, porém, no entender do reformador de Genebra era brandamente relativa. Enquanto os católicos romanos, por entenderem que o matrimônio é um sacramento, não admitiam o divórcio em hipótese alguma, Calvino que, como visto acima, rejeitava a visão sacramental, considerava que o divórcio seria legítimo na ocorrência de duas hipóteses: o adultério e o caso em que o cônjuge incrédulo quer se apartar (1Co 7.15). Eis as únicas exceções para o término do vínculo conjugal estando os cônjuges ainda em vida. Ocorrendo uma delas, Calvino afirma que o cônjuge inocente está livre para contrair novas núpcias.

De fato, Calvino considerava o adultério algo tão grave que o elevava à categoria de um crime digno da pena capital. Daqui é possível depreender não só o valor que dava ao casamento, mas também um dos motivos pelos quais atribuía a esse pecado o poder de pôr fim aos laços do matrimônio.

Isso era nítido na forma como se posicionava em face dos Regulamentos para a Supervisão das Igrejas sob a Jurisdição de Genebra, datados de fevereiro de 1547, no que estabeleciam sobre os desvios na área sexual. O texto dos *Regulamentos*, ao tratar da fornicação e do adultério, dizia o seguinte:

1. Os que forem surpreendidos em fornicação, se for um homem solteiro com uma mulher solteira, ambos deverão ser presos por seis dias a pão e água, e pagar uma indenização.
2. Se for adultério, caso em que uma das partes for casada, ambos serão aprisionados por nove dias a pão e água, e pagarão uma indenização às autoridades, pois trata-se de crime muito mais grave.
3. Os que estiveram prometidos em casamento, não poderão coabitar como marido e mulher até que o casamento seja celebrado na igreja, do contrário serão punidos por fornicação.¹⁸

Calvino, entretanto, num sermão sobre Deuteronômio 22.13-24, manifestou-se abertamente contra o texto dos *Regulamentos*, considerando muito branda a pena para o adultério. Segundo ele, os adúlteros deveriam ser punidos com rigor semelhante ao usado contra os ladrões a quem era aplicada a pena de morte por enforcamento. Ele via o adultério como o pior dos furtos, pois roubava a honra do cônjuge inocente, destruía o nome da família e a vida dos filhos nascidos e daqueles que haveriam de nascer.¹⁹

Não eram, contudo, as percepções pessoais de Calvino a base para as suas afirmações sobre o adultério como prática que rompe o vínculo conjugal. Suas convicções, como seria de se esperar, se fundamentavam na exegese de textos como Mateus 5.31 e 19.9, nos quais, de acordo com seu modo de entender, o Senhor apresentou claramente o adultério como uma exceção à proibição do divórcio seguido de novo casamento. Em seu comentário ao capítulo 7 se 1Coríntios, ele estranha que Paulo não trate dessa exceção de modo claro e, ao enumerar os erros do romanismo em matéria de casamento, menciona a proibição de que o marido de mulher adúltera tome para si outra consorte.²⁰

É precisamente neste aspecto que o pensamento do reformador entra em conflito com o de outros exegetas tanto do seu tempo quanto da atualidade. Já foi dito que para os reformadores alemães, a bigamia era preferível ao divórcio seguido de novo casamento. Da mesma forma, se de um lado

¹⁷ Ibid., p. 212.

¹⁸ Ibid., p. 82.

¹⁹ HARKNESS, Georgia. John Calvin: the man and his ethics. New York: Abingdon Press, 1931. p. 131.

²⁰ CALVINO, *As Institutas*. Vol 4, p. 452.

exegetas modernos sentem-se mais à vontade com a possibilidade do divórcio resultante de infidelidade, esses mesmos exegetas não se mostram dispostos a admitir a possibilidade de novas núpcias nem mesmo para a parte inocente, estando o ex-consorte ainda em vida.

Segundo esse entender, a cláusula de exceção presente no texto de Mateus aplica-se somente ao divórcio e não à realização de novas núpcias, mantendo-se estas vedadas em qualquer hipótese. Havendo, pois, recasamento mesmo em casos de infidelidade, isso implicaria adultério para todas as partes envolvidas.

A base exegética para essa posição contrária ao entendimento de Calvino é melhor explicada pelo Dr. Carlos Osvaldo Pinto:

As palavras de Jesus em Mateus 19.9, conforme entendidas por todos os comentaristas cristãos até o século XVI (com a *única* exceção, Ambrosiastro, no século IV), declarava que recasamento depois de divórcio implica adultério para todos os envolvidos... Essa posição, menos popular e praticamente mais complexa, entende que a frase “exceto em caso de relações sexuais ilícitas” (a chamada “cláusula de exceção”) modifica apenas a frase “Se um homem se divorciar de sua mulher” (o que em linguagem técnica se chama de *prótase* [oração condicional]) e não a frase seguinte, “e casar com outra comete adultério” (que os eruditos chamam de *apódose* [oração principal])”...

A gramática e a estatística do Evangelho de Mateus exigem que a cláusula de exceção se refira apenas à frase que a precede... O sentido das palavras de Jesus em Mateus 19.9 seria, portanto: “O marido não pode repudiar (divorciar-se de) sua mulher *a não ser que* ela seja culpada de comportamento sexual ilícito.” E mais: “Quem se casar depois de repudiar sua esposa comete adultério”.²¹

Essa visão mais restritiva que a de Calvino, ensinada por alguns intérpretes modernos²², é adotada por um grupo reduzido de pastores, dada a sua complexidade e as dificuldades práticas que levanta. No entanto, é necessário que seja considerada com maior seriedade, posto que se baseia em pilares não somente históricos, mas também em avanços exegéticos que eram desconhecidos ao tempo em que viveu o reformador.

Calvino também contemplava a possibilidade do divórcio seguido de novas núpcias no caso em que o cônjuge incrédulo quer se apartar. Essa hipótese é prevista pelo apóstolo Paulo em 1Coríntios 7.15. Segundo o reformador, na sua ocorrência (o que só é possível, evidentemente, quando se trata de casamento misto), o esposo ou a esposa crente ficam desobrigados pela ofensa do incrédulo que, na verdade, atinge mais a Deus do que o cônjuge fiel. Calvino afirma que esses casos apresentam uma “razão especial, porque o contrato (=vinculum) primário e principal não é meramente desfeito, mas violentamente rompido.”²³

Aqui, porém, é também possível discordar do teólogo de Genebra. De fato, 1Coríntios 7.15 pode ter o seu sentido restringido pelos versículos 10 e 11 do mesmo capítulo, que ensinam que, no caso de ser inevitável a separação, o cônjuge deve permanecer sem se casar ou então se reconciliar com o ex-consorte. Este parece ser o entendimento de Charles Ryrie, ao afirmar que 1Coríntios 7.15 não diz absolutamente nada sobre o cônjuge crente abandonado pelo incrédulo estar livre para contrair novas núpcias.²⁴ Nesse caso ele estaria livre (não sujeito à servidão) no sentido de não ter que permanecer sob o jugo do desconforto advindo da convivência com quem é impossível manter-se em paz. Não estaria, porém, livre para entrar numa nova sociedade conjugal. Seja como for, deve-se reconhecer que a maioria dos intérpretes modernos fazem coro com Calvino nessa questão em particular.

4. O CASAMENTO E OS HERDEIROS DE CALVINO

Em 1643, uma assembléia de teólogos convocada pelo parlamento inglês, reuniu-se em Westminster com o propósito de preparar um esquema de uniformidade da religião, em face da então recente união entre Inglaterra e Escócia.

²¹ PINTO, Carlos Osvaldo. O Divórcio. *Revista Enfoque*, Atibaia, nov. 2000. p. 7.

²² Cf. HETH, William A. e WENHAM, Gordon J. *Jesus and divorce*. London: The Chaucer Press, 1984.

²³ CALVINO, *Comentário à Sagrada Escritura: Exposição de 1Coríntios*, p. 217.

²⁴ RYRIE, Charles. *A Bíblia Anotada*. São Paulo: Mundo Cristão, 1991. p. 1441.

Como resultado dessa assembléia foi redigida a Confissão de Fé de Westminster. Concluída em 26 de novembro de 1646, a Confissão, juntamente com outros documentos como a Forma de Governo da Igreja, o Diretório do Culto e os Catecismos Maior e Menor, forneceram a base para uma só igreja presbiteriana nas duas partes do Reino Unido.

Apesar do alvo da uniformidade ter sido frustrado com a restauração da monarquia dos Stuarts, em 1661, a qual restabeleceu o episcopado na Inglaterra, a Confissão de Westminster continuou sendo reconhecida como a principal norma da Igreja da Escócia e a formulação doutrinária mais amplamente aceita pelos presbiterianos da Inglaterra, Escócia e, mais tarde, dos Estados Unidos.

Nitidamente calvinista, a Confissão de Westminster, ao abordar questões relativas ao matrimônio, refletiu plenamente a visão do reformador de Genebra. No seu capítulo XXVI (conforme a divisão atual) ela apresenta o matrimônio como a união vitalícia instituída por Deus entre um homem e uma mulher (Artigo 1), cujos propósitos são a ajuda mútua, o desenvolvimento moral e espiritual dos cônjuges e a procriação (Artigo 2). O Artigo 2 também fala do propósito da proteção, o que evidentemente inclui a defesa contra a imoralidade para aqueles que lutam para subjugar suas paixões.

Quanto ao fim do vínculo matrimonial, a Confissão estabelece no Capítulo XXVI, Artigo 5, o seguinte:

A intenção divina para as pessoas que contraem o pacto matrimonial é que se unam inseparavelmente, de modo que não haja lugar para dissolução alguma, salvo a decorrente da morte do marido ou da esposa. Contudo, podem as debilidades de um ou de ambos os cônjuges resultar em grave e persistente negação dos votos matrimoniais, de tal maneira que o coração do matrimônio morre e a união se torna insustentável. Não obstante, só se pode considerar a separação ou o divórcio em casos de extrema e irremediável infidelidade (física ou espiritual) que não dê sinais de arrependimento. Essa separação ou divórcio só se aceita como permissível em virtude da falha de um ou de ambos os cônjuges, e de maneira nenhuma anula a intenção divina de que seja uma união indissolúvel.²⁵

Vê-se aqui que, também rejeitando a visão sacramental adotada pelo romanismo, os teólogos de Westminster seguiram os passos de Calvino e acolheram a possibilidade do divórcio. O artigo acima transcrito, tendo sofrido alterações com o passar do tempo, não apresenta de forma específica quais são as razões válidas para a separação e o divórcio. Restringe-se a afirmar que o vínculo só pode se dissolver quando a ruptura é tão grave que não é mais possível repará-la. Sabe-se, contudo, que a versão original aceitava somente o adultério e o abandono como causa para o divórcio, exatamente como ensinava Calvino.²⁶

Entre os evangélicos há consenso no sentido de que o divórcio é permitido na Bíblia em algumas circunstâncias. Porém, conforme acima exposto, as opiniões se dividem, havendo teólogos que rejeitam a posição de que pessoas divorciadas possam contrair novas núpcias. Assim, acolhem o divórcio em alguns casos, mas repudiam o recasamento. Os teólogos de Westminster não poderiam ser contados entre esses. De fato, a Confissão, mais uma vez refletindo o pensamento do reformador de Genebra, admite a possibilidade do novo casamento (XXVI:6), desde que haja arrependimento pelo pecado anteriormente cometido e seja manifesto o propósito de se construir, através do novo enlace, um casamento cristão.

Nos dias modernos, a Confissão de Fé de Westminster não ocupa mais o mesmo lugar no pensamento da igreja que ocupou no passado. Várias mudanças no seu texto têm sido propostas, inúmeros dos seus artigos têm sido rejeitados por um vasto número de teólogos e diferentes interpretações de algumas de suas afirmações têm sido apresentadas. Porém, aquilo que Calvino e seus sucessores ensinaram no passado sobre o casamento permanece substancialmente inalterado no pensamento das denominações modernas consideradas herdeiras da Reforma Protestante.

²⁵ HENDRY, George S. *La Confesión de Fe de Westminster para el día de hoy*. Bogotá: CCPAL, 1965. p. 217. Minha tradução.

²⁶ Ibid., p. 218.

CONCLUSÃO

Na sessão do Conselho de Genebra reunida em 13 de setembro de 1541, Calvino e seus colegas de ministério, juntamente com uma comissão de conciliares designados para aquele trabalho específico, elaboraram uma minuta do que serviria como esboço para os regulamentos da igreja. Nesse documento fica evidente o zelo de Calvino e de seus colegas pela instituição do casamento que é considerado nos seguintes termos:

Depois do anúncio das proclamas costumeiras, a cerimônia de casamento deverá ocorrer conforme o requerimento das partes, seja no domingo ou nos dias úteis, ocorrendo logo no início do culto. É adequado que, em honra ao sacramento, evitem o uso dos dias em que a Ceia é celebrada.

É recomendável que sejam cantados hinos que incitem o povo à oração e ao louvor do Senhor...

Com respeito aos litígios em causas matrimoniais, pelo fato de não serem assuntos de ordem espiritual, mas sim de natureza civil, nós os remetemos às autoridades, recomendando, contudo, que estas se disponham a formar sem demora um consistório para julgar tais questões, do qual, se lhes parecer bem, poderão participar alguns ministros como conselheiros. Sobretudo, poderá ser do seu agrado designar homens que elaborem regulamentos que poderão vigorar imediatamente.²⁷

Na citação acima pode-se perceber a presença determinante da influência cristã na esfera matrimonial ao tempo da Reforma. Genebra sentia a invasão da teologia bíblica em cada área da vida comum sem que nada, nem mesmo questões de ordem meramente civil, se visse absolutamente livre do impacto da visão genuinamente cristã. Os assuntos matrimoniais eram um forte exemplo disso.

Infelizmente, na moderna sociedade secularizada, a ampliação da égide do Estado leigo e seu conseqüente fortalecimento, deixou o casamento, uma instituição divina, nas mãos de ateus que o consideram um mero contrato com objetivos mal definidos ou meramente sociais; uma sociedade que pode se manter ou não, baseando-se exclusivamente nos interesses das partes. E a ausência da influência cristã na formação de uma visão correta só agrava o quadro atual. Tanto que é sem dúvida em virtude dessa ausência que hoje se fala até mesmo na legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo.

É, portanto, urgente que os fundamentos bíblicos do casamento sejam resgatados e, nesse ponto, Calvino, como sempre, tem muito a dizer. Sua definição do matrimônio como algo instituído por Deus, tira das mãos dos homens a prerrogativa de lidar com questões matrimoniais com base em suas próprias intuições. A delineamento claro dos propósitos da sociedade conjugal à luz da Bíblia, conforme apresentados pelo grande reformador, realça a importância individual de cada cônjuge e o respeito a ele devido. Também mostra a seriedade do sexo cuja banalização tão chocante em nossos dias tem sido responsável pelos mais diversos males, tanto espirituais como sociais e físicos. A fixação desses propósitos também reforça a importância do ambiente familiar para o bom desenvolvimento dos filhos já que Calvino tem a procriação como um dos alvos do matrimônio, não devendo ocorrer fora desse contexto.

É salutar também os limites que Calvino, à luz da Bíblia, impõe ao divórcio. Se de um lado o catolicismo, com sua visão sacramentalista, ainda proíbe absolutamente a separação, de outro o pensamento popular (inclusive entre evangélicos) e a prática estatal dão consentimento ao divórcio pelas razões mais banais ou mesmo por razão nenhuma. O modelo calvinista representa nesse cenário uma opção mais equilibrada e bíblica, admitindo o divórcio somente em casos de adultério ou abandono.

Deve-se salientar, porém, que a ética calvinista do matrimônio não está livre de fragilidades. O ponto em que a posição de Calvino precisa ser considerada com maior cautela relaciona-se ao recasamento. Para ele, o divórcio implica necessariamente em licença para se casar novamente e é muito provável que essa não seja a visão dos autores bíblicos. Aliás, as exceções vistas em Mateus 5.32 e 19.9, além de admitirem interpretação distinta da adotada pelo reformador, não se encontram nos outros evangelhos quando tratam do mesmo assunto (Mc 10.11-12; Lc 16.18). Ademais, Paulo

²⁷ BACHIE, John; MCNEILL, John; VAN DUSEN, Henry P. (Edits.). *The library of Christian classics*. Vol. XXII: Calvin theological treatises. Philadelphia: Westminster Press, 1954. p. 67. Minha tradução.

nunca fala sobre o casamento de divorciados. Antes, enfatiza que a pessoa casada está ligada ao seu cônjuge por toda a vida, que só a morte põe fim ao vínculo conjugal (Rm 7.1-3; 1Co 7.39) e que as opções para os que se separam são apenas duas: ficar só ou se reconciliar com o ex-consorte (1Co 7.10-11). Parece, portanto, não haver base sólida para o ensino de que pessoas divorciadas podem contrair novas núpcias.

Seja como for, mesmo o entendimento mais aberto de Calvino não pode ser visto honestamente como uma licença para os desmandos modernos. Em sua visão geral prevalece a importância singular dos laços do casamento, os quais devem ser mantidos a todo custo, só se dissolvendo nas hipóteses estritas mencionadas na Bíblia e, ainda assim, quando não houver mais remédio. Certamente, ele concordaria com a brincadeira que Erasmo fez com essas situações nas quais a vida conjugal se torna insustentável: “Enquanto um casamento é meramente um purgatório, deve ser respeitado. Quando se torna um inferno, deve ser dissolvido”.²⁸

Assim, seria bom que a herança de Calvino, a mesma que os teólogos de Westminster tentaram preservar em sua confissão, fosse resgatada pelos pastores modernos, fazendo ressurgir uma ética do matrimônio fundamentada nos princípios da Palavra de Deus; ética tão necessária para o bem estar da igreja e da sociedade em nossos dias.

REFERÊNCIAS

BACHIE, John; MCNEILL, John; VAN DUSEN, Henry P. (Edits.). *The library of Christian classics*. Vol. XXII: *Calvin theological treatises*. Philadelphia: Westminster Press, 1954.

CALVINO, João. *As Institutas ou Tratado da Religião Cristã*. Vols. 1 e 4. Traduzido por Waldyr Carvalho Luz. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1985.

_____. *Comentário à Sagrada Escritura: Exposição de 1Coríntios*. São Paulo: Paracletos, 1996.

_____. *Efésios*. São José dos Campos: Fiel, 2007.

CHAMPLIN, R.N. *O Novo Testamento interpretado versículo por versículo*. Vol. 4. São Paulo: Hagnos, 1998.

GEORGE, Timothy. *Teologia dos reformadores*. São Paulo: Vida Nova, 1993.

HARKNESS, Georgia. *John Calvin: the man and his ethics*. New York: Abingdon Press, 1931.

HENDRY, George S. *La Confesión de Fe de Westminster para el día de hoy*. Bogotá: CCPAL, 1965.

HETH, William A.; WENHAM, Gordon J. *Jesus and divorce*. London: The Chaucer Press, 1984.

PINTO, Carlos Osvaldo. O Divórcio. *Revista Enfoque*. Atibaia: SBPV. nov. 2000.

RYRIE, Charles. *A Bíblia Anotada*. São Paulo: Mundo Cristão, 1991.

SCHAFF, Phillip. *History of the Christian Church*. Vol. VII: The German Reformation. Grand Rapids: Eerdmans, 1988.

WALLACE, Ronald. *Calvino, Genebra e a Reforma*. São Paulo: Cultura Cristã, 2003.

²⁸ Apud CHAMPLIN, R.N. *O Novo Testamento interpretado versículo por versículo*. Vol. 4. São Paulo: Hagnos, 1998. p. 104.